

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.267.133 - SP (2018/0066688-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **BRASIL DE IMOVEIS E PARTICIPACOES LTDA**
ADVOGADOS : **ELIANE CRISTINA CARVALHO TEIXEIRA - SP163004**
GLÁUCIA MARA COELHO - SP173018
DANIEL BITTENCOURT GUARIENTO - SP164435
FILIPPE CHEIDA VIEITES - SP325693
AGRAVADO : **ANA LUCIA DE ANDRADE VESPA**
ADVOGADO : **HEDY MARIA DO CARMO - SP238834**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. SÚMULA 356/STF. ARREMATAÇÃO PERFEITA. ASSINADO O AUTO. AÇÃO PRÓPRIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BRASIL DE IMOVEIS E PARTICIPACOES LTDA contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Embargos de terceiro - Execução de título extrajudicial - Penhora sobre bem imóvel no todo - Embargante, filha e irmã dos executados, arrematante de metade ideal do imóvel em ação de execução com penhora anterior - Arrematação que é ato de "imperium" do órgão jurisdicional - Presunção de boa-fé diante da arrematação do bem em hasta pública - Hipótese de fraude contra credores, que é insuscetível de ser evocada em embargos de terceiro - Desconstituição da arrematação em ação própria - Intelecção da Súmula n. 195 do Col. STJ - Procedência da pretensão - Inversão dos ônus de sucumbência incabível sob o enfoque da Súmula n. 303 do Col. STJ - Negligência da autora em registrar a carta de arrematação e

Superior Tribunal de Justiça

dar causa à penhora por iniciativa da ré - Penhora da metade ideal levantada e ônus de sucumbência a cargo da autora - Recurso provido, com observação. (e-STJ, fl. 469)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega ofensa ao artigo 1.022, do CPC/15; ao artigo 167, inciso I, item 26, da Lei 6.015/73; e aos artigos 1.227 e 1.245, do CC/02, sustentando que o registro da carta de arrematação é imprescindível, sob pena de invalidar a própria arrematação.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Inicialmente, apresenta-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022, do CPC/15 se faz de forma genérica, não havendo a demonstração clara dos pontos do acórdão que se apresentam omissos, contraditórios ou obscuros. Aplica-se, assim, o óbice da Súmula 284/STF.

Sabe-se que, na espécie, a parte agravante não apontou especificadamente as omissões que quer ver sanadas, por isso, não cabe conhecer da violação.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

Superior Tribunal de Justiça

2. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.
3. É inviável a análise de teses alegadas apenas nas razões do regimental por se tratar de evidente inovação recursal.
4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 578.636/RS, **Terceira Turma**, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, julgado em 10/03/2015, DJe 16/03/2015 - grifou-se)

De início, no que concerne às violações aos artigos 1.227 e 1.245, do CC/02, tem-se que ausente o prequestionamento das matérias, porquanto não apreciadas pelo julgado recorrido, inviável o seu conhecimento nesta sede, nos termos da Súmula 356/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Tendo o acórdão impugnado concluído pelo afastamento da indenização por danos materiais e morais, da restituição em dobro da parcela referente ao prêmio e da litigância de má-fé da seguradora, amparado no acervo fático-probatório dos autos, a revisão do julgado de origem exigiria o revolvimento das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de

Superior Tribunal de Justiça

prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 09/10/2015 - grifou-se)

Ressalta-se, por oportuno, que "*à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial*". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumpra-se asseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*", como fora feito nos presentes autos.

Ademais, no que concerne ao registro da arrematação, sabe-se que o Tribunal de origem consignou que:

Está documentado que em dezembro de 2002 a autora arrematou em leilão judicial, nos autos de ação de execução ajuizada por Banco Mercantil Finasa S/A., a metade ideal do imóvel matriculado sob n. 41.358 no Registro de Imóveis da

Superior Tribunal de Justiça

Comarca de Santo André Lavrado o auto de arrematação no dia 12 de dezembro de 2002 e expedida carta de arrematação, consoante o art. 694 do CPC de 1973, a alienação judicial é considerada perfeita, acabada e irretratável, suscetível de ser tornada sem efeito nas situações elencadas no S 10 . A circunstância de a carta não ter sido registrada não invalida a arrematação e só isso legitima a autora à defesa da metade ideal arrematada, uma vez que é terceira ao processo de execução ajuizado pela ré contra Almir Vespa e Almir Vespa Júnior, pai e irmão. podem ser possuidor, arrematação É até ocioso ponderar que os embargos de terceiro senhor e possuidor ou apenas daí a desimportância de a carta de não ter sido registrada. Aliás, milita a favor da autora o entendimento enunciado na Súmula n. 84 do Col. STJ, tal seja: "É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro". Aplica-se à arrematação a mesma orientação, notadamente porque, até prova inconcussa em contrário, é de boa -fé quem acorre a leilão e adquire bens em hasta pública. Os embargos de terceiro não são a via processual de se declarar ineficaz a arrematação "incidenter tantum", sendo oportuno lembrar a Súmula n. 195 do citado Col. STJ ("Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores"). (e-STJ, fls. 471/472 - grifou-se)

Portanto, caberia à parte agravante impugnar o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem, qual seja, de que a arrematação considera-se perfeita, acabada e irretratável quando assinado o auto pelo juiz, de modo que, nesta hipótese, só pode ser anulada por meio de ação própria.

Desse modo, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283/STF: *"é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido, confira-se o precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. MULTA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALOR

Superior Tribunal de Justiça

ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRAZO LIMITE DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Precedentes.

3. A alegação de que não foi estipulado prazo limite da multa não comporta análise, porquanto referida matéria foi suscitada apenas nas razões do regimental, caracterizando inovação recursal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 207.587/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 15/09/2014 - grifou-se)

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator